

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

ATÉ À PRÓXIMA!

Exerço as funções de Director do Povo Livre, com muita honra, desde o n.º 1.408 (13/04/2005), já lá vão dois anos e meio. Com a cessação de funções da actual CPN, no próximo Congresso, entendo que não tenho razões, nem devo, continuar neste cargo. A futura CPN, quererá, com toda a legitimidade, designar um novo Director. Este é assim o meu último Povo Livre!

Esta minha atitude é ditada apenas por lealdade em relação ao Partido e ao Presidente da CPN eleito, pelo que não significa qualquer auto exclusão dos meus deveres partidários, nem das lutas que se seguem até 2009. Mantenho-me assim, totalmente disponível, naquilo que eu possa ser útil.

Em tempo de balanço, espero apenas ter contribuído para os objectivos da função, preservando a memória do PSD nas páginas do Povo Livre, dando conta do que de mais relevante se vai passando no Partido, quer a nível nacional quer nas várias estruturas regionais e locais.

A nível nacional o Povo Livre publicou todas as semanas notícias sobre a actividade da CPN e do Grupo Parlamentar. Também regularmente foram publicadas notícias sobre a actividade dos nossos parlamentares europeus. Durante estes mais de dois anos tive a oportunidade de manter um espaço próprio para a JSD, para os TSD e para os ASD. Tive também o cuidado de dar oportunidade às várias estruturas regionais e locais, publicando notícias várias sobre as suas actividades.

Tivemos também a felicidade de poder contar com vários artigos de opinião de Militantes, que enriqueceram as páginas do PL, o que não acontecia há já muito tempo.

Em termos de modernização do Povo Livre deu-se finalmente o salto tecnológico e de redução de custos há muito desejado por várias direcções, tendo o jornal passado a formato exclusivamente electrónico a partir da edição de Setembro de 2006.

Finalmente, o Povo Livre saiu para as bancas ou foi colocado on-line quase sem atrasos em relação ao seu dia de publicação, a quarta-feira. Tal significou alguns sacrifícios, mas fica a satisfação do cumprimento de um prazo importante, especialmente para as convocatórias.

Permitam-me que faça uma referência especial aos meus colaboradores incansáveis, todos funcionários da Sede Nacional, sem os quais o Povo Livre não teria sido possível. Desde logo o Luís Rodrigues, chefe de redacção e redactor da quase totalidade do Povo Livre, elemento imprescindível, de enorme profissionalismo e capacidade de trabalho. Uma grande palavra de apreço ao Júlio Pisa, que garantiu o grafismo do Jornal e a sua maquetagem final, tornando-o sempre agradável ao leitor. Finalmente uma referência à Tuxa, responsável pelas convocatórias, trabalho sempre ingrato, que garantiu a sua publicação atempada e sem reclamações., Uma pequena (talvez pequena demais) mas excelente equipa de profissionais, com quem foi fácil trabalhar!

Enfim, espero apenas ter honrado todos os meus grandes antecessores neste cargo, desde 1974.

Até à próxima!

Novo líder do PSD visita e cumprimenta o “excelente” grupo parlamentar



Destaques:

Cumprimentos do Presidente-eleito ao Grupo Parlamentar

Pag 2 e seguintes

Presidentes de Câmara do partido serão ouvidos sobre a alteração da lei eleitoral autárquica

Em “Actividades do PSD

Comissária Europeia visita a Madeira para a Conferência das regiões ultra-periféricas

Em “Notícias da Madeira”

Novo líder do PSD visita e cumprimenta o “excelente” grupo parlamentar

O novo líder do PSD, Luís Filipe Menezes, no dia 3, visitou e cumprimentou o “excelente” grupo parlamentar social-democrata, alertando, contudo, que os deputados devem ter consciência que estão a ser “observados”.

“Queremos começar bem. Faz todo o sentido que durante estes 15 dias o grupo parlamentar tenha a consciência que está a ser observado”, afirmou Luís Filipe Menezes, em declarações aos jornalistas à saída da reunião do grupo parlamentar, onde se deslocou pela primeira vez depois de ter derrotado Marques Mendes nas eleições directas para a liderança do PSD, realizadas domingo.

Reiterando “toda a confiança” no grupo parlamentar e elogiando os seus “excelentes deputados”, Luís Filipe Menezes considerou que a bancada do PSD poderá ser uma “peça determinante no xadrez da organização político partidária”.

“Precisamos de um grupo parlamentar muito crente e muito vibrante”, salientou, insistindo que os “excelentes” deputados sociais-democratas têm “todas as condições para serem um elemento fundamental na afirmação do PSD” e deste “novo ciclo político”.

Luís Filipe Menezes, que fez uma intervenção de cerca de 20 minutos perante os deputados, sublinhou ainda a ideia de que “há hoje sinais evidentes” de que o PSD poderá ser uma “alternativa ganhadora em 2009”.

“Existem muitas e boas razões para confiar no PSD”, disse, alertando para os sinais “extremamente negativos” que foram hoje conhecidos e que revelam que “passámos para a frente de Espanha” no que diz respeito ao índice do desemprego.

“São quase 500 mil desempregados”, lamentou.

Questionado sobre quem é que gostaria de ver à frente do grupo parlamentar, que irá a eleições dia 18, e o que pensa da hipótese de Pedro Santana Lopes assumir a liderança da bancada, Luís Filipe Menezes escusou-se a responder invocando o seu “direito à circunspeção”.

“Falarei para a próxima semana”, acrescentou apenas, perante a insistência dos jornalistas.

Também à saída da reunião do grupo parlamentar, onde a ausência mais notava foi de Luís Marques Mendes, que já anunciou que irá renunciar ao mandato como deputado, Pedro Santana Lopes escusou-se igualmente a responder às questões dos



jornalistas sobre a hipótese de candidatar-se à liderança da bancada parlamentar.

O deputado José Pedro Aguiar Branco evitou igualmente as perguntas dos jornalistas quando questionado sobre a possibilidade de também entrar na ‘corrida’ à liderança da bancada, dizendo apenas que é para si uma “novidade” o facto do seu nome ter começado a ser falado.

“É uma novidade que me estar a dar”, afirmou. – **Fonte: Lusa**

Henrique de Freitas prometeu que os sociais-democratas vão honrar os seus compromissos

O deputado do PSD Henrique de Freitas prometeu, numa intervenção política, que os sociais-democratas vão honrar os seus compromissos, mas não esclareceu que linha o partido irá seguir no âmbito da revisão das leis eleitorais.

“O PSD vai fazer um combate vivo, mas honrará os seus compromissos”, afirmou Henrique de Freitas, no plenário da Assembleia da República, em resposta as questões colocadas pelo PCP, BE e CDS-PP.

O deputado do PSD não esclareceu, contudo, o que o partido irá fazer em relação às negociações com o PS para a revisão das leis eleitorais para as autarquias e para a Assembleia da República, adiando

apenas que os sociais-democratas entendem que deve ser encontrado o “maior consenso” tendo em conta “o princípio da proporcionalidade”.

Durante a campanha para as eleições internas do PSD, o novo líder social-democrata, Luís Filipe Menezes classificou como “um disparate” a nova lei eleitoral autárquica que está ser negociada com o PS, tendo prometido que, se vencesse as directas, iria “consensualizar” com o primeiro-ministro um novo acordo.

“O que está a ser aprazado é um disparate”, afirmou na altura Luís Filipe Menezes, defendendo a “presidencialização do municipalismo”.

“O presidente de câmara que for eleito deve ter total liberdade para escolher os seus vereadores na sociedade civil”, defendeu Luís Filipe Menezes.

Na declaração política que hoje fez no plenário da Assembleia da República, a primeira do partido depois das directas de domingo, Henrique de Freitas já tinha prometido que os sociais-democratas irão conciliar “uma oposição veemente e permanente com o sentido de Estado”, de forma a encontrar “os consensos impostos pelo interesse nacional”.

Assim, acrescentou, o PSD irá executar com “exigência” o pacto para a Justiça firmado com os socialistas há cerca de um ano. “Como partido

responsável não alienamos os nossos compromissos”, sublinhou.

Entretanto, o PSD defendeu que os números do desemprego divulgados pelo Eurostat, que dão conta de um aumento em relação a 2006, vêm provar “o fracasso da governação socialista” e demonstrar o estado do “país real”.

Portugal é um dos três países da União Europeia em que o desemprego aumentou em Agosto face a igual mês de 2006, contrariando a tendência verificada no conjunto da UE, revelam os dados hoje divulgados pelo Eurostat.

Com uma taxa de desemprego de 8,3 por cento em Agosto deste ano contra 7,5 por cento em igual mês de 2006, Portugal apresenta também o aumento relativo mais acentuado da União Europeia, seguido da Irlanda e do Luxemburgo onde a taxa subiu três décimas para 4,7 e 5 por cento respectivamente.

“Está aqui a prova que o que o PSD tem vindo a denunciar existe, é real, por contraponto à política de propaganda e ao país virtual do Governo”, afirmou vice-presidente da bancada social-democrata, cristã Miguel Frasquilho, em declarações à Agência Lusa.

Para o deputado, os números do Eurostat são “o resultado da política económica que o Governo tem vindo a implementar e que o PSD tanto tem

criticado”.

“Enquanto o desemprego desce na generalidade dos países europeus, em Portugal sobe. Estamos claramente em contra-ciclo em resultado de uma política desastrosa do Governo que atirou o desemprego para o valor mais alto dos últimos vinte anos”, salientou Frاسquilho.

De acordo com os dados do Eurostat, face a Julho, a taxa de desemprego média manteve-se estável na Zona Euro, em 6,9 por cento, e baixou na UE (a 27) para 6,7 por cento contra 6,8 por cento. Um ano antes era de 7,8 por cento em ambas as zonas.

Na comparação mensal, Portugal regista um agravamento da taxa de desemprego para 8,3 por cento contra 8,2 no mês anterior.

Em Agosto de 2007, as taxas de desemprego mais baixas foram registadas na Dinamarca e na Holanda (3,3 por cento cada) e as mais altas na Eslováquia (11,1 por cento) e na Polónia (9,1 por cento).

Segundo as estimativas do Eurostat, 15,8 milhões de homens e mulheres estavam desempregados em Agosto de 2007 na UE-27, dos quais 10,3 milhões na zona euro. Em Agosto de 2006, eram 18,3 milhões, dos quais 11,6 milhões na zona euro.

O Eurostat indica ainda que em Agosto deste ano a taxa de desemprego se estabelecia nos Estados Unidos em 4,6 por cento e no Japão em 3,8 por cento.

Ribau Esteves afirma que o novo líder do PSD irá ouvir os presidentes de Câmara do partido sobre a alteração da lei eleitoral autárquica

Ribau Esteves reafirmou no dia 4, a intenção de Luís Filipe Menezes de rever o acordo com o PS para alteração da lei eleitoral autárquica, adiantando



que o novo líder do PSD irá ouvir os presidentes de Câmara do partido.

O novo líder do partido havia afirmado, durante a campanha para as eleições de 28 de Setembro, que iria, caso fosse eleito, promover a revisão do acordo entre sociais-democratas e socialistas para a alteração daquela legislação.

Ribau Esteves, porta-voz da candidatura de Menezes e escolhido pelo novo líder para a transição de poderes, garantiu hoje à Lusa que o recém-eleito líder mantém essa intenção e afirmou-se pessoalmente defensor de executivos monocolores.

“Sei que uma grande parte quer executivos maioritários nas autarquias, mas eu, pessoalmente, sou pelos executivos monocolores. Considero que o mais importante é definir como

é que o presidente vai constituir os seus executivos”, disse.

Ribau Esteves discorda que os presidentes eleitos venham a estar limitados, na construção da sua equipa, aos membros das assembleias municipais.

“Poderia acontecer que um vereador, deixando de o ser, retomasse depois o lugar na assembleia municipal, para fazer oposição ao executivo a que tinha pertencido”, justifica.

O presidente da Câmara de Ílhavo afirmou que os círculos uninominais são um dos objectivos das negociações com o PS na revisão das leis eleitorais.

Ribau Esteves considera que “há que fortalecer o peso político do deputado, que foi secundarizado”.

“Defendemos a criação de círculos

uninominais e esse é um dos objectivos que assumimos com clareza na negociação das leis eleitorais com o PS. O risco de podermos vir a ter vários casos “limianos” é um falso argumento. Veja-se que o deputado “do queijo” existiu no actual sistema”, disse.

Nas prioridades partidárias, valorizou a preparação das próximas eleições autárquicas, ao dizer que “o partido tem de discutir já a estratégia para as autárquicas e é preciso definir a política de coligações nos órgãos próprios”, preconizando que “não deve haver aí lógicas nacionais e devem respeitar-se as realidades municipais, caso a caso”.

Sobre o seu futuro político imediato, remete para o novo presidente do partido o anúncio oficial das funções que irá desempenhar.

“Fui porta-voz da candidatura e um dos rostos da campanha, pelo que é natural que haja a perspectiva de que venha a integrar algum cargo partidário. A questão neste momento cabe a Luís Filipe Menezes e a mim próprio. Se ele assim o entender e quando entender que é tempo, seja no congresso ou dias antes do mesmo, cabe-lhe a ele falar sobre isso”, afirmou. Disse ainda que “é saloio” pôr em causa a opção de Luís Filipe Menezes de se conservar em Gaia, após a eleição para presidente do partido.

“É saloio questionar onde está o líder porque muitas decisões são hoje tomadas pelo telefone e o Porto está a três quartos de hora de avião de Lisboa, a poucas horas de carro ou de comboio, a segundos pela Internet e pelo telefone”, comenta.

Ribau Esteves garante que o PSD vai ter “uma presidência do partido mais humanizada e o Presidente vai estar mais próximo dos militantes e das populações, com a noção de que o país é um todo e não se faz oposição apenas em Lisboa”.

Está confiante na revitalização do partido, com Luís Filipe Menezes: “essa é a primeira ideia da moção que apresentou e estou convicto de que vai cumprir os objectivos”.

Essa revitalização, indica, passa por “novas soluções na gestão das quotas” porque “é preciso valorizar o exercício e não as questões administrativas”.

“As quotas ganharam uma importância política absurda e é preciso criar mecanismos que lhes dêem a sua real importância, reduzindo a sua relevância nos processos eleitorais. A dificuldade burocrática no pagamento das quotas e a centralização em Lisboa vão acabar”, garante.

A prática de debate interno é também o que vai mudar no PSD, segundo Ribau Esteves, porque “a defesa de soluções para o país têm de ter origem no debate interno, para que os militantes sintam que é, de facto, importante a sua participação”.

Confia que o PSD vai fazer uma oposição mais forte, intensa e



estruturada. “Para isso é muito importante a participação dos militantes nos debates internos e o trabalho com os autarcas, para com eles construirmos o que Luís Filipe Menezes designa como a cartilha das grandes bandeiras, em torno de questões como a Educação, a Saúde, o Ambiente e a Economia, capaz de mobilizar os portugueses na óptica de virmos a ser governo”, reforça.

Proclamando que “a democracia deve-se fazer na afirmação da diferença”, não se desvia de Menezes ao afirmar que “os pactos de regime devem-se fazer apenas quando é o regime que está em causa, o que não quer dizer que o PSD não vá discutir matérias em que é precisa a maioria de dois terços, para tomar posições com o PS, o que não era o caso das leis da Justiça”.

O porta-voz da candidatura de Menezes reforça outra das ideias da campanha: “Haverá maior responsabilização política das estruturas de base, que serão chamadas a escolher os candidatos à Assembleia da República, acabando com os deputados “sem terra”, impostos pela direcção nacional”.

“Hoje temos consciência de que, cada vez mais, os eleitores não se sentem representados pelos eleitos e temos de corrigir isto”, comenta.

Ribau Esteves considera que “há que fortalecer o peso político do deputado que foi secundarizado, sendo hoje uma espécie de sub-produto da democracia, o que é grave num regime parlamentar”. Intervalo o raciocínio para dar recados para dentro do PSD, ao observar que “em Portugal há algumas pessoas que até podem ter uma grande capacidade intelectual, mas não têm capacidade para ganhar uma eleição, porque se transformam em seres afastados dos outros e reagem com discursos absurdos, como o do populismo”.

Na escolha dos candidatos a autarcas, mais uma vez, defende que

devem ser responsabilizadas as e afirma que “O PSD é um partido de valores e deve continuar a sê-lo. O que não pode é julgar os seus autarcas na praça pública.

Reconhece que “é preciso haver regras, porque se um presidente de câmara é condenado em sentença judicial pela prática de actos graves na gestão autárquica, não deve ser candidato”, mas recomenda “cuidado com as generalizações”, dando o seu exemplo pessoal.

“Eu próprio já fui condenado e cumpri uma sentença por ter atentado contra o bom nome de duas pessoas, mas politicamente sinto-me diminuído em zero, por esse facto”.

Conclui, afirmando o PSD como um partido de poder, que quando se candidata às eleições “é para ganhar e não para empatar”.

“Vai haver quem esteja contra, mas isso é bom e faz parte da vida democrática. Já não tolero é os eternos “reservistas” porque o partido precisa dos que estão presentes, dão a alma e são activos”, sentenciou.

Ribau Esteves é um político habituado ao risco e a vitórias algo inesperadas. É claro na afirmação de que não pensa em abandonar a actividade autárquica, nos próximos tempos: “Não perspectivado exercer funções no partido que me inibam de continuar a ser o presidente da Câmara de Ílhavo”.

Engenheiro zootécnico, de 41 anos, tem tido na política a sua principal actividade, que já lhe vem dos tempos de estudante, enquanto membro da JSD, onde desempenhou vários cargos. Nascido em Luanda, mas residente em Ílhavo, lançou-se aos 31 anos no desafio de se candidatar à Câmara local e conquistou-a ao PS, de forma algo surpreendente, sendo sucessivamente reeleito.

Irrequieto, controverso, “sem virar a cara à luta, mesmo que aparentemente em inferioridade”, manteve polémicas com os autarcas

vizinhos de Vagos (Carlos Bento, do CDS) e de Aveiro (Alberto Souto, do PS) que viriam depois a perder eleições. O PSD conquistou Vagos e Aveiro quando Ribau Esteves presidiu à distrital e ele mantém-se como presidente em Ílhavo.

Ao nível regional, a recomposição de forças das últimas autárquicas conduziu-o à presidência da Associação de Municípios da Ria e da Junta da Grande Área Metropolitana de Aveiro.

Em termos nacionais, ganhou maior visibilidade como vice-presidente da Associação Nacional de

Municípios Portugueses (ANMP), chegando a ser apontado como o sucessor natural de Fernando Ruas.

No plano partidário, integrou o conselho nacional entre 1996 e 1999 e depois a comissão política nacional.

Em 2000 enfrentou Hermínio Loureiro nas eleições para a distrital de Aveiro do PSD, saindo vencedor e após ter estado ao lado de Marques Mendes no congresso de Pombal veio a entrar em divergência assumida com o líder, mas manteve-se à frente da distrital até não se poder mais recandidatar, por imposição dos estatutos. – **Fontes: Lusa, DN, TSF**

PSD acompanha as “grandes preocupações” do Presidente da República em relação ao combate à corrupção e à Educação

O PSD acompanha as “grandes preocupações” do Presidente da República em relação ao combate à corrupção e à Educação, considerando que os apelos de Cavaco Silva para “um novo olhar sobre a escola” são de “particular pertinência”.

“O PSD acompanha o Presidente da República nas duas grandes preocupações que transmitiu: o combate à corrupção e a educação”, disse à Lusa o deputado do PSD Luís Montenegro, num comentário ao discurso de Cavaco Silva nas cerimónias de comemoração dos 97 anos da proclamação da República.

O Presidente da República propôs hoje um “novo olhar sobre a escola”, uma escola ligada à comunidade, em que os pais estejam envolvidos de forma mais activa e participante e em que a figura do professor seja prestigiada.

Numa breve nota, Cavaco Silva pediu ainda aos deputados que “aprofundem o esforço” para concretizar as iniciativas legislativas para aumentar a eficácia na luta contra a corrupção, retomando um apelo que fez há um ano.

“É preciso um combate mais efectivo à corrupção”, corroborou o deputado do PSD, reclamando para os sociais-democratas o papel de “líder” na manutenção deste tema na agenda.

“Tem sido uma das prioridades do PSD”, sublinhou, lembrando que do “pacote legislativo” apresentado o ano passado, “há ainda questões pendentes” na Assembleia da República.

Quanto à questão da Educação, Luís Montenegro considerou que os apelos de Cavaco Silva são de “uma particular pertinência”.

“O Presidente da República sentiu e pressentiu que o Governo não tem sido particularmente eficaz neste sector”, considerou, lamentando “a política de hostilidade” que tem pautado as relações entre o ministério da Educação e os professores. – **Lusa**

Hermínio Loureiro acusa Marcelo de “usar espaço televisivo para atacar nova direcção do PSD

O presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LFPF), Hermínio Loureiro, ex-secretário de Estado do Desporto, acusou hoje Marcelo Rebelo de Sousa de usar o seu espaço televisivo para atacar personalidades do PSD.

“O professor Marcelo aproveita o ‘prime-time’ para, sempre que pode, mandar bicadas para este ou para aquele dentro do partido” disse, numa entrevista ao programa “Primeiro Plano”, que será hoje transmitido pela estação televisiva Porto Canal, às 21:30.

“Não fica bem [ao professor Marcelo] usar o tempo de antena daquela maneira. Uma coisa é comentar a actualidade, os factos, outra é fazer ataques pessoais”, afirmou.

O antigo secretário de Estado do Desporto do governo de Santana Lopes referiu que, apesar de ter sido apoiante da candidatura de Marques Mendes nas eleições internas do PSD, está agora com o novo presidente dos social-democratas.

“Nós temos que saber viver em democracia. Eu era membro da comissão de honra de Marques Mendes, mas, a partir do momento em que Luís Filipe Menezes venceu, estou com o novo líder do partido”, referiu.

Para Hermínio Loureiro, o resultado das eleições no PSD representa “uma grande vitória de Luís Filipe Menezes. Foi uma grande demonstração de vitalidade conseguir vencer numas eleições com esta participação”.

Para o “patrão dos patrões” do futebol profissional português, Luís Filipe Menezes tem gerido bem a situação nos dias que medeiam entre as eleições internas e o congresso do PSD, que se realiza em Torres Vedras no próximo fim-de-semana.

“Luís Filipe Menezes tem até agora feito tudo bem e vai surpreender no congresso. Ele está a transmitir credibilidade, o que é muito importante”, defendeu.

Aprovou também a decisão do novo presidente do PSD em acumular o cargo com a presidência da Câmara de Gaia.

“Fez bem em ficar na Câmara, respeitando o compromisso que assumiu [nas eleições autárquicas]”, disse Hermínio Loureiro. – **Fonte: Lusa**

O ardil

Ricardo Rio (*)

No exercício das suas funções, qualquer governante ou autarca tem que solucionar uma equação difícil no que respeita ao equilíbrio entre os objectivos que pretende concretizar e os recursos que lhes quer ou poderá afectar face às condicionantes que incidem sobre o orçamento de que dispõe.

Não raras vezes, a única forma de ultrapassar tal dificuldade passa por elencar prioridades, de cariz temporal e financeiro, executando em primeira instância aqueles projectos (materiais ou imateriais) que mais benefícios possam trazer às populações, sob a restrição do volume de receitas que podem despende.

Ao fazê-lo, estão a aplicar princípios essenciais da chamada Teoria do Consumidor: afinal, os ditos governantes ou autarcas terão que maximizar a sua satisfação (medida pelo bem-estar gerado para a população ou, por via indirecta, pelo grau de apreço pelo seu trabalho), sujeitos a restrições de cariz orçamental (o seu “rendimento”) e ao custo dos projectos que irão realizar (o montante de investimento que lhes está associado).

Em cada momento, resultará deste conjunto de ponderações uma solução de equilíbrio que se traduzirá no leque de iniciativas que irão constar do seu Plano de Actividades e Orçamento anuais.

Como qualquer consumidor, o governante ou autarca tentará socorrer-se dos projectos mais baratos para obter um mesmo nível de satisfação (adesão popular) e tentará aumentar o mais possível o seu rendimento/orçamento (para elevar ao máximo o número de realizações).

Neste último prisma, porém, uma vez que parte substancial das suas receitas advêm de verbas subtraídas ao público-alvo das suas acções (por via de impostos, taxas e outras fontes), os ditos responsáveis terão que evitar lesar os seus objectivos pela apreciação negativa que pode estar associada a tal “caça à receita”.

É aqui que entra, normalmente, a criatividade dos responsáveis públicos, ao procurarem, por todas as vias ao seu alcance, ultrapassar essas restrições e assim maximizarem a sua “satisfação”.

De entre as várias alternativas possíveis ou já aplicadas, o recurso a parcerias público-privadas assume-se como uma opção natural, uma vez que não só permite a transferência de parte substancial do risco económico e financeiro dos projectos para o parceiro privado, como possibilita o aproveitamento de um superior domínio técnico de certas áreas e uma maior capacidade de gestão desse mesmo parceiro.

Bem diferente, porém, é a solução encontrada por Autarquias como Braga ou Guimarães para a concretização de diversos projectos municipais, desenvolvendo uma modalidade de “parceria público-privada” que se resume a um financiamento privado da acção municipal.

Num e outro caso as propostas foram já aprovadas pelos órgãos municipais e deverá estar para breve o concurso público que permitirá a selecção do(s) parceiro(s) privado(s) que darão corpo ao negócio em questão.

Na engenhosa iniciativa destas e outras Autarquias, a “parceria” sustenta-se na criação de uma sociedade anónima de capitais maioritariamente privados (para que não seja abrangida pela Lei das Finanças Locais), para a qual o ente público irá transferir a propriedade de um certo número de terrenos ou equipamentos nos quais se irão concretizar, a expensas do privado, as obras projectadas.

Decorrido o prazo estabelecido (em torno dos 25 anos), todos esses activos e as construções/intervenções aí realizadas voltam a reverter para o ente público, mediante condições a incluir no acordo parassocial que agora será acordado entre a Autarquia e o(s) privado(s) que vença(m) o concurso público.

Nesse mesmo acordo, será estabelecido o valor da renda a pagar pelo ente público ao ente privado durante o período de vigência da “parceria” e outras cláusulas de salvaguarda que serão prioritariamente orientadas para a defesa do interesse do(s) privado(s).

Em suma, o privado financia e executa (mediante uma clara violação do princípio da livre concorrência) imediatamente os projectos municipais e assegura um retorno certo para o seu investimento através da renda que irá auferir durante o período de vigência da “parceria”.

Quanto à perspectiva da Autarquia, disponibilizará de imediato os equipamentos às populações e deixará para os Autarcas vindouros e para as populações futuras a factura das obras que agora tão agilmente irá concretizar, escapando de forma ardilosa às amarras da Lei das Finanças Locais e aos sintomas de uma situação financeira própria manifestamente depauperada.

Curiosamente, nas próprias propostas aprovadas é expresso que se “impõe saber, através de estudos técnicos, na óptica do investimento, do plano do projecto, da exploração e do financiamento, se, por um lado, a empresa tem viabilidade económica e, mais importante, qual o impacto da PPP a constituir, a médio e longo prazo, nas finanças do Município”, algo que face à “urgência” de avançar com esta iniciativa a Autarquia não cuidou de acautelar.

Há, todavia, em todo este processo um espectador que rapidamente terá que tomar posição. Ao impor tais condicionalismos na Lei das Finanças Locais e ao emitir vários juízos negativos sobre práticas como a titularização de receitas futuras, o Governo quis impor um conjunto de restrições ao exercício da Gestão Municipal.

Se permitir a generalização deste tipo de iniciativas, esse mesmo Governo (ou os que se lhe seguirão) confrontar-se-á com a assunção de pesados encargos perante os parceiros privados por um número muito significativo de Autarquias do País (só em Braga, os projectos a englobar na parceria ascendem aos 70 milhões de Euros).

Ora, ou entende o Governo que as suas orientações iniciais são válidas e tem que colocar um travão neste processo ou acha legítimo que as Autarquias actuais adoptem este tipo de procedimentos. Nesse caso, mais vale suprimir os limites ao endividamento autárquico: sempre torna o processo mais fácil, transparente e até, bastante mais económico para as finanças municipais. – (*) *Economista, Vereador da CM Brag e Presidente da CPS/PSD-Braga*



O PS tentará evitar a criação de uma frente comum Açores/Madeira destinada a reforçar a autonomia política

O deputado do PSD Guilherme Silva hoje que o PS venha a bloquear a revisão constitucional de 2009 para evitar a criação de uma frente comum Açores/Madeira destinada a reforçar a autonomia política daquelas regiões.

“O PS, como se antevê, vai ter uma posição fechada de não ter qualquer atitude de colaboração com a revisão constitucional (de 2009)” defendeu Guilherme Silva no encerramento da Universidade Jota 2007, uma iniciativa da JSD/Madeira.

Para o deputado social-democrata eleito pelo círculo da Madeira à Assembleia da República, “uma das razões (para a previsível atitude do PS) é evitar que se abra o dossier das autonomias e que haja o incómodo de uma convergência comum Açores/Madeira na reivindicação da evolução da autonomia regional”.

“É necessário que essa revisão e esse reforço se façam”, defendeu o deputado madeirense, acrescentando: “Há um propósito centralista, há um propósito de reverter, há um propósito de retirar poderes às regiões autónomas por parte desta maioria”.

A última revisão ordinária da Constituição aconteceu em 2004. Ao abrigo das disposições da lei fundamental só pode realizar-se nova revisão ordinária passados cinco anos sobre a última (a partir de meados de 2009).

A iniciativa da revisão compete aos Deputados. Apresentado um projecto de revisão constitucional, quaisquer outros terão de ser apresentados no prazo de trinta dias. – Fontes: Lusa, DN, PL

Comissária Europeia da Política Regional, participou na Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, na Madeira

Danuta Hübner, Comissária responsável pela Política Regional, teve uma importante intervenção na Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP), que se realizou a 4 e 5 de Outubro de 2007, na Região Autónoma da Madeira.

A Conferência, presidida por



Alberto João Jardim, Presidente do Governo da Região Autónoma, surge cerca de duas semanas depois da adopção, pela Comissão Europeia, de uma comunicação essencial dedicada às regiões ultraperiféricas. A Comissária lançará um debate sobre a estratégia europeia para as RUP, nomeadamente à luz da futura política de coesão.

A XIII Conferência anual dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas terá por tema este ano «o lugar da ultraperiferia europeia numa Europa alargada e confrontada com novos desafios». A Comissária Danuta Hübner, responsável da Comissão pela coordenação das medidas desenvolvidas em prol das regiões ultraperiféricas, declarou a respeito desta conferência:

«Desde que cheguei à Comissão, sempre atribuí uma importância capital às preocupações destas regiões. A minha primeira visita à ilha da Madeira dar-me-á a possibilidade de apresentar aos Presidentes destas regiões o conteúdo da recente comunicação dedicada às RUP adoptada pela Comissão. Gostaria que ajudássemos mais estas regiões a aproveitar ao máximo todas as oportunidades da globalização e a enfrentar os desafios que estas representam.» Danuta Hübner explicou que a Comissão necessita de elementos de reflexão trazidos pelas regiões para alimentar as suas próprias reflexões no âmbito das perspectivas financeiras após 2013. Estas ideias serão igualmente uma fonte de

discussões em curso sobre os diferentes programas operacionais destas regiões para o período de 2007-2013 cheguem em breve a uma conclusão, de modo a que as importantes dotações atribuídas a título do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE) possam ser autorizadas. Também se congratulou com a adopção recente do programa «Madeira-Açores-Canárias» no âmbito da cooperação transnacional.

Danuta Hübner reuniu com o Presidente Alberto João Jardim, que a informou acerca do avanço dos programas executados na Madeira a título dos fundos regionais no anterior período de programação (2000-2006). A esse respeito, a Comissária indicou: «Podemos congratular-nos com o ritmo de execução do programa operacional, que beneficia de uma dotação total de fundos comunitários de 741 milhões de euros. Não há, pois, qualquer risco de que as dotações sejam anuladas no final de 2007». Danuta Hübner visitou a central hidroeléctrica da região de Socorridos que se destina ao abastecimento de água potável, à regularização dos sistemas de irrigação e à produção de energia eléctrica (este projecto beneficiou de uma participação do FEDER de 17 milhões de euros, ou seja, metade do custo total).

Contexto

A União Europeia conta sete regiões ultraperiféricas: os quatro departamentos franceses ultramarinos (DOM) – Guadalupe, Guiana, Ilha da Reunião e Martinica –, as regiões autónomas portuguesas dos Açores e da Madeira e a Comunidade Autónoma das ilhas Canárias, em Espanha.

No âmbito da política de coesão para 2000-2006, foram atribuídos 7 700 milhões de euros às regiões ultraperiféricas (incluindo o apoio do FEDER, do FSE, do FEOGA para a agricultura e o desenvolvimento rural, e do IFOP para a pesca). Foi a maior intervenção por habitante em toda a União Europeia.

Para o período de 2007-2013, a participação dos fundos europeus orça 7 900 milhões de euros (incluindo as verbas atribuídas pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e pelo Fundo Europeu das Pescas - FEP). Em cada região será executado um programa operacional a título do FEDER e um outro a título do FSE. Um dos programas de cooperação territorial diz respeito aos Açores, à Madeira e às Canárias. Os departamentos franceses ultramarinos, por sua vez, participarão no programa da «zona Caraíbas». – Gab. Imp. UE

Notícias de Aveiro

Sessões públicas informativas sobre educação e alimentação saudável

No próximo dia 16 de Outubro, das 14.50 às 17.30 horas, no pequeno auditório realiza-se uma Sessão Informativa sobre os benefícios de uma alimentação saudável.

A Sessão Informativa surge no âmbito da comemoração do Dia Mundial da Alimentação que se assinala nesse dia. As inscrições estão abertas até 10 de Outubro, na Divisão de Habitação Social (Centro Cultural e de Congressos de Aveiro) de Segunda a Sexta-feira, das 9.30 às 12.00 horas e das 14.00 às 16.00 horas; no Gabinete de Intervenção Local (Urbanização de Santiago) às Terças-feiras, das 14.00 às 17.30 horas e Quintas-feiras, das 09.00 às 12.30 horas, ou nas Juntas de Freguesia.

Organizada pela Câmara Municipal de Aveiro esta iniciativa conta com o apoio do Hospital Infante D. Pedro – Aveiro; Liga dos Amigos do Coração – Aveiro; Juntas de Freguesia; Irmãs Auxiliadoras da Caridade e Florinhas do Vouga e destina-se aos moradores residentes em habitação social, sendo extensível à comunidade em geral.

A sessão informativa sobre os benefícios de uma alimentação saudável será acompanhada de rastreios de despiste dos factores de risco das doenças cardiovasculares – medição da tensão arterial, glicémia, colesterol, peso e índice de massa corporal.

A realização desta acção surge pela preocupação de sensibilizar para a necessidade de adopção de comportamentos e hábitos alimentares conducentes a uma melhor qualidade de vida, resultado das transformações que a sociedade contemporânea está a sofrer, com reflexos visíveis na alteração dos hábitos alimentares da população que, tendencialmente, vai substituindo a cozinha tradicional por hábitos consumistas de fast-food.

Um padrão alimentar desequilibrado, associado ao reduzido nível de actividade física potencia o aparecimento de problemas de saúde relacionados com a obesidade, hipertensão arterial, diabetes, colesterol e o desenvolvimento de doenças cardiovasculares.

O programa da Sessão Informativa é o seguinte:

14.50 horas – Sessão de Abertura – Miguel Capão Filipe – Vereador da Câmara Municipal de Aveiro;

15.00 horas – “A Importância da Alimentação no Tratamento da Diabetes” – Isabel Albuquerque – Hospital Infante D. Pedro – Aveiro;

15.20 horas – “A Alimentação e as Doenças Cardiovasculares” – Rogério Leitão – Liga dos Amigos do Coração – Aveiro;

15.40 horas – “O Sal na saúde” – Ana Carvalhas – Fundação Portuguesa de Cardiologia – Delegação Centro;

16.00 horas – Intervalo



16.10 horas – “Como Comer para Viver Melhor” – Luciana Cipriano – Câmara Municipal de Aveiro;

16.30 horas – Debate – Moderador – Adriano Almeida – Câmara Municipal de Aveiro

Das 14.30 às 17.30 horas – Realização de Rastreios:

- Despiste dos factores de risco das doenças cardiovasculares – medição da tensão arterial, glicémia e colesterol;

- Peso e Índice de Massa Corporal.

Acções de esclarecimento com responsáveis escolares do Concelho

No dia 4 de Outubro, das 10.00 às 11.30 horas, no pequeno Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, realizou-se uma Acção de Sensibilização / Esclarecimento, com os coordenadores / presidentes dos Agrupamentos de Escolas, Escolas Secundárias, Colégios e Escola Profissional de Aveiro, numa primeira fase. Numa segunda etapa, serão realizadas reuniões em cada Agrupamento de Escolas onde estarão presentes os representantes de cada instituição de ensino.

Organizada pelo Serviço Municipal de Protecção Civil, esta acção tem por objectivo promover uma cidadania activa e participante e tendo em conta que a Escola, para além de um espaço dinâmico de transmissão de saberes, constitui factor de integração na sociedade e vector de formação do futuro cidadão, interventivo e responsável, não deixa de ser um local de trabalho para muitos, pelo que deverão ser asseguradas as condições mínimas de segurança. Actualmente, a informação e sensibilização da comunidade educativa, com vista a adopção de comportamentos de segurança, torna-se indispensável.

A acção, que contou com a presença do Vereador Carlos Santos, teve início às 10.00 horas, com a intervenção de Margarida Guedes – CDOS Aveiro, sobre “Implementação dos Clubes de Protecção Civil”, seguindo-se a apresentação de Planos de Emergência Internos das Escolas / Ponto da situação da realidade de cada Escola, pelo Serviço Municipal de Protecção Civil. No final, haverá lugar para debate. – CM/Aveiro



Notícias de Braga

Autarcas do PSD contestam financiamento do Ensino Superior: a Universidade do Minho tem sido prejudicada pelo poder central

Os autarcas do PSD de Braga tiveram um encontro de trabalho com o Reitor da Universidade do Minho (UM), no âmbito dos contactos regulares com várias entidades e que se inserem numa lógica de cooperação institucional, findo o qual expressaram as suas preocupações com as políticas seguidas para o financiamento do Ensino Superior.

Confrontado com as especiais dificuldades que se perspectivam para o próximo ano, Ricardo Rio confessou estar triste e até revoltado e acusou os sucessivos Governos de estarem a ser "obstáculos ao desenvolvimento da UM".

O líder do PSD de Braga defende novas regras de financiamento que premeiem o mérito e não a punição das instituições que produzem melhores resultados a nível internacional, quando avaliadas pelos seus pares.

"Verificamos que as políticas de financiamento, não apenas deste Governo mas também de anteriores Executivos, têm criado enormes dificuldades ao trabalho destas instituições, o que é especialmente penalizante porque reduz o seu contributo para o desenvolvimento das regiões em que se encontram inseridas", sustentou.

Ricardo Rio lembrou que o elogio ao mérito e ao trabalho da UM não tem a ver com meros bairrismos, chamando a atenção para documentos isentos como aquele que foi produzido pela EUA – European University Association, sobre a avaliação da Universidade do Minho, que esta entidade conclui ser "excepcional a nível internacional" e não apenas numa óptica nacional.

"Verificar que é o Estado Central a assumir-se como obstáculo a que este trabalho seja produzido ou até melhorado, é algo que nos preocupa e nos enristece como cidadãos e como bracarenses. Por um lado, porque não estamos a assistir a uma governação em prol do desenvolvimento do País. Por outro, porque estamos a abdicar de criar incentivos ao mérito e à excelência por parte destas Instituições", concluiu.

Ricardo Rio aludia assim às condicionantes impostas à geração e utilização de receitas próprias por parte



das Instituições de Ensino Superior, especialmente críticas num contexto de diminuição do seu orçamento real e de aumento de encargos (como a Caixa Geral de Aposentações).

De notar que, para lá das dificuldades impostas ao seu financiamento corrente, a Universidade do Minho teve que afectar cerca de seis milhões de euros das suas receitas próprias para suportar a contrapartida nacional em equipamentos como a Escola de Ciências da Saúde e a Escola de Direito.

Reitor da UM valoriza encontro

Nas relações entre a Autarquia de Braga e a UM, Ricardo Rio confessou que gostaria que as capacidades técnicas, estratégicas e o arrojo da UM fossem melhor aproveitadas.

"A UM, a Câmara de Braga e as forças vivas desta região em geral têm que colaborar numa lógica de rede que sustente um novo patamar de desenvolvimento, para uma melhor qualidade de vida das populações", disse, lembrando que nos casos em que tal aconteceu os resultados são muito positivos.

Em declarações à comunicação social local, o Reitor da Universidade do Minho, Guimarães Rodrigues, classificou de "extremamente importantes" os encontros entre a UM

e as diferentes forças vivas da sociedade, pela visão e responsabilidade social da UM, "que passa por uma interacção estreita com todos os agentes de desenvolvimento, nomeadamente os agentes políticos".

Guimarães Rodrigues lembrou que a UM não se limita a ser apenas um centro de criação de conhecimentos. "Tem uma perspectiva muito própria do desenvolvimento desta região e do desenvolvimento nacional. Se passarmos a nossa mensagem aos agentes, que são parceiros e cúmplices neste trabalho, para nós é particularmente importante", sobretudo para «inquietar o exterior». E estes encontros são uma oportunidade para explicar os projectos por forma a passar a mensagem «em sintonia».

No encontro estiveram ainda os Vereadores Filomena Bordalo, Hugo Soares e Serafim Rebelo, o Deputado Municipal António Macedo Barbosa e o Vice-Reitor Manuel Mota. – PSD/ Braga

«A Proposta do PSD

No Programa Eleitoral que sustentava a candidatura de Rui Lages à Câmara Municipal de Braga nas Eleições Autárquicas de 1989, podia ler-se, na área temática dos "Transportes Urbanos" a sugestão de realização de um "Estudo da viabilidade da implementação de um "metropolitano de superfície" ou "eléctrico rápido" que, constituindo um meio célere, eficaz e não poluente de transporte colectivo, possa diminuir o caudal de tráfego nas horas de ponta, apontando para a sua construção em duas fases (correspondendo à primeira um circuito exterior da cidade e à segunda um circuito urbano)".

Esta possibilidade foi posteriormente retomada nos Programas Eleitorais das Candidaturas apresentadas por Germano Cerqueira (1997) e Carlos Alberto Pereira (2001) e foi recentemente trazida ao debate público por uma petição subscrita por mais de 800 cidadãos Bracarenses.

Os Vereadores signatários e os Partidos que representam no Executivo Municipal sempre se mostraram empenhados em contribuir para a identificação de soluções que reforcem

a mobilidade urbana, no respeito pelo objectivo de promover uma maior qualidade de vida dos cidadãos, aferida pela qualidade do serviço dos transportes que lhes são disponibilizados pelo Município e pelo respeito destes pelo meio ambiente.

Todavia, por mais que a sugestão de reintrodução dos eléctricos na malha urbana do Concelho possa gerar alguma empatia e parecer consonante com tais propósitos, julgamos que a mesma não pode ser acolhida e muito menos implementada de ânimo leve ou dar origem a dissertações empiristas sobre modelos e traçados.

Neste sentido, reconhecendo os potenciais benefícios associados a tal projecto, mas acautelando a necessidade de fundamentação rigorosa da sua concretização, vêm os signatários propor:

1) Que o Executivo Municipal proceda ao lançamento de um concurso público para selecção da entidade executora de um estudo exaustivo da exequibilidade técnica e da viabilidade económica e financeira da reinstalação do eléctrico na cidade de Braga;

2) Que o estudo contratado verse, detalhadamente:

- os percursos a adoptar;
- as condicionantes técnicas à execução do projecto;
- o prazo e custo estimado da sua concretização;
- o mercado potencial de utentes;
- o volume de receitas geradas pelo seu normal funcionamento;
- os custos de manutenção da estrutura e equipamentos;
- bem como, um orçamento de exploração corrente do mesmo que especifique o volume e natureza de recursos humanos e materiais afectos.

3) Que a Câmara Municipal de Braga constitua uma Comissão de Acompanhamento do Estudo para a qual convide um especialista em mobilidade urbana da Universidade do Minho, um responsável pela operação de eléctricos em Empresa nacional



com experiência na exploração deste meio de transporte, um representante da Associação Comercial de Braga, um representante da Associação Industrial do Minho, um representante da Delegação de Braga da Ordem dos Engenheiros;

4) Que a Câmara Municipal de Braga desenvolva contactos junto de potenciais parceiros públicos e/ou privados que possam vir a ser envolvidos na implementação futura deste projecto, numa óptica de parceria pública-pública ou publico-privada. - **Proposta dos Vereadores Ricardo Rio, Serafim Rebelo, Filomena Bordalo, Américo Afonso e Carlos Gomes**

Moções e recomendações aprovadas em Assembleias de Freguesia

Na sequência das Assembleias de Freguesia recentemente realizadas na Concelhia de Braga, recebemos os textos da moção aprovada por unanimidade em Ruilhe (e apresentada pelo Autarca da Coligação Filipe Pinto) e a Recomendação ao Executivo da Junta, formulada pelos Autarcas da Coligação de Guisande, liderados por Adelino Sá.

Moção de Ruilhe

Considerando que:

- I. A desertificação das freguesias rurais é um problema sério e actual;
- II. O mesmo se manifesta com especial gravidade no seio da nossa freguesia;
- III. É na população jovem que mais se sentem os efeitos de tais êxodos, com a agravante lógica de que é este segmento etário o que mais contribui para a degeneração a longo prazo do tecido e dinâmica populacionais;
- IV. Raras são as vezes em que tais êxodos são provocados pela vontade dos jovens, pois que a problemática

tem incidido sempre na falta de espaços físicos para os receber;

V. O definhar da ruralidade na realidade urbana do concelho não significa um avanço mas antes um claro recuo na diversidade sócio-profissional, com ele acarretando sérios riscos de saturação do mercado laboral em determinados sectores, com isso se potenciando situações de precariedade no emprego e de descaracterização sócio-cultural;

VI. Cumpre ao poder executivo prover pela justa distribuição da população, assim se assegurando um harmonioso equilíbrio da mesma e um ordenamento urbano-social racional;

VII. É nossa obrigação “remar contra maré” e facultar soluções como oposição séria e construtiva que somos;

Vimos propor à digníssima Assembleia, reunida em sessão ordinária, em 27.9.2007, o seguinte:

A Assembleia de Freguesia de Ruilhe delibera mandar o executivo da junta para que este, com carácter de premência social, solicite, à C.M. de Braga, a requalificação dos terrenos, (Lugar de Este, Lugar dos Barrocos, Lugar da Igreja, Lugar da Boucinha), em sede de revisão do PDM, libertando aqueles para efeitos de construção urbana. - **Os eleitos Pela Coligação Juntos Por Braga**

RECOMENDAÇÃO À ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GUISANDE

Na sequência da postura participativa decorrente do compromisso com todos os guisandenses, em promover o bem-estar e progresso da freguesia, cabe-nos apresentar a seguinte recomendação:

Constatamos da existência na nossa freguesia de fossas sépticas, que ilegais face à legislação em vigor, que as não autoriza, completamente esgotadas vertem assídua e continuamente para a via pública

detritos sólidos e líquidos, resultando ainda e naturalmente da referida situação intoleráveis cheiros nauseabundos.

Revela-se esta situação, em nosso entender, um verdadeiro e inadmissível

atentado à saúde pública, facto tanto mais grave nos dias que correm, tendo em consideração toda a sensibilidade e conhecimento da comunidade em geral para as questões ambientais e de saúde pública.

Refira-se ainda que o referido local é uma zona de grande afluência de pessoas, onde não raras as vezes são vistas crianças a brincar, com os naturais inconvenientes que podem resultar da situação.

Cumpre-nos zelar pelo bem-estar da nossa comunidade, e evitar por todos os meios que nos são colocados ao alcance, que males maiores decorrentes desta situação se possam verificar no futuro.

Sucedem que sendo os referidos factos do conhecimento público, e nada tendo sido feito ainda, no sentido de resolver esta grave situação:

Exortamos a que se iniciem todas as diligências indispensáveis à regularização das fossas sépticas, que no local anteriormente referido provocam graves inconvenientes ambientais e de saúde pública. - Pelo bem-estar da nossa freguesia,

- **ass.ºs: os membros da “Coligação Juntos Por Braga” na freguesia de Guisande.**

Autarcas da Coligação “Juntos por Braga” receberam a petição pelo regresso do eléctrico

Relativamente à petição on-line sobre o regresso do eléctrico os autarcas da coligação apoiada pelo PSD, fizeram publico o seguinte comunicado:

Foi com especial agrado que os Autarcas da Coligação “Juntos por Braga” receberam a petição on-line pelo regresso do eléctrico por cuja iniciativa e pelos resultados da mesma já felicitámos os respectivos promotores.

Esta petição traduziu uma vontade de participação cívica e de envolvimento dos Municípios na vida do Concelho e na Gestão Municipal que nos é especialmente cara, estando constantemente na base de várias iniciativas que vimos desenvolvendo de contacto e auscultação da sociedade civil Bracarense e das suas mais relevantes instituições.

No caso vertente, pese embora a simpatia que nutrimos pela ideia em apreço, optámos por não subscrever a petição.

No nosso entendimento, há um tempo para os cidadãos expressarem a sua vontade e um tempo para os políticos agirem (ou não) em conformidade com a sua apreciação dos factos.

Foi isso que fizemos esta semana. Uma vez terminado o prazo de recolha de assinaturas da petição e subscrevendo o essencial do seu conteúdo, submetemos para apreciação na reunião do Executivo Municipal de 11 do corrente, a proposta anexa, tendente à realização de um estudo exaustivo sobre a viabilidade e interesse desta pretensão, para a qual solicitamos a V/ melhor atenção.

Na nossa óptica, só actuando desta forma se é sério e responsável nas opções tomadas para a Gestão Municipal e, simultaneamente, se respeita a vontade expressa de forma tão clara pelo volume de assinaturas que constam desta petição.

No mais, fazemos votos de que outras iniciativas análogas possam dar sequência a esta revitalização cívica de Braga, que tanto consideramos necessária. - **Gab. Imp. PSD/Braga**

Actividades do Presidente da Câmara Municipal

No período compreendido entre os dias 4 e 10 de Outubro, o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, esteve presente nos seguintes actos públicos:

Quarta-feira, dia 3 de Outubro

19H30 – Comemoração do 23.º aniversário da Assistência Médica Internacional (AMI), no Forte de São Julião da Barra.

Quinta-feira, dia 4 de Outubro

16H30 – Inauguração da exposição de música e arte pelo Colégio Saint Dominic's, no Centro Cultural de Cascais.

Sexta-feira, dia 5 de Outubro

21H30 – Estreia da peça “De Menina Cascais a Cascais Menino” pelo Grupo de Teatro Amador da Sociedade Musical de Cascais, no Teatro-Auditório do Casino Estoril. Baseada no primeiro volume da obra homónima de Pedro Falcão, a peça tem a assinatura de Maria Helena Torrado e presta homenagem àqueles que representam as pessoas genuínas desta Vila intimamente ligada ao mar. A encenação é de Ricardo Carriço.

Domingo, dia 5 de Outubro

11H30 – Cerimónia de Tomada de Posse do Corpo de Comando da Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris, Artur José Gonçalves Gomes (Comandante), Rogério Manuel Malaquias dos Santos (Segundo Comandante) e Paulo Alexandre da Silva Serra (Adjunto de Comando), no Auditório dos Bombeiros Voluntários dos Estoris, Av. dos Bombeiros Voluntários, 89, Estoril.

20H30 – Gala do 50.º aniversário do Casino Estoril.

Segunda-feira, dia 8 de Outubro

11H30 – Participação no Fórum do Financiamento e Inovação na Europa,



no Centro de Congressos do Estoril. Este encontro marca o início da Semana Europeia do Empreendedorismo em Cascais (de 8 a 12 de Outubro), prolonga-se até dia 9 de Outubro e tem o apoio da Câmara Municipal através agência DNA Cascais. Dia 9, na conclusão do Fórum, será assinada a Declaração do Estoril, um documento de referência a nível europeu na área do empreendedorismo e financiamento da inovação.

20H00 – Gala “Estoril Awards, no Casino Estoril. Estes prémios são atribuídos no âmbito do Fórum do Financiamento e Inovação na Europa para distinguir as melhores práticas europeias no financiamento ao empreendedorismo.

Terça-feira, dia 9 de Outubro

10H30 – Participação como orador convidado na acção de formação “A União Europeia – Missão no século

XXI”, apresentada por Ana Marques, da Unidade Comunicação e Informação da Comissão Europeia, na Escola Secundária Sebastião e Silva (Liceu de Oeiras). Destinada a cerca de 60 alunos entre os 15 e os 17 anos, a iniciativa decorre no anfiteatro de Biologia e insere-se no âmbito do Dia do Projecto União Europeia.

Quarta-feira, dia 10 de Outubro

10H00 - Cerimónia de Abertura do Business Angels Leaders Forum, no Hotel Palácio. Esta iniciativa insere-se na Semana Europeia do Empreendedorismo em Cascais (de 8 a 12 de Outubro) e tem o apoio da Câmara Municipal através agência DNA Cascais.

Cursos internacionais de verão Actas da XII edição apresentadas dia 28 de Setembro, às 18H00

No âmbito das Jornadas Europeias do Património, serão apresentadas no próximo dia 28 de Setembro, às 18H00, no Centro Cultural de Cascais, as actas dos XII Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Entre os temas fortes dessa edição estiveram “Património Cultural”, coordenado pelo Centro Internacional de Conservação do Património (CICOP - Portugal), e “Fundamentalismos Religiosos”, sob a coordenação de Guilherme d'Oliveira Martins e António Farinha.

Sempre com o objectivo de aprofundar e debater questões que são preocupação corrente a partir de uma realidade portuguesa integrada na perspectiva internacional, os Cursos Internacionais de Verão de Cascais são reconhecidos pelo seu mérito cultural

e científico.

A publicação inclui também as intervenções dos temas “A Democracia Europeia”, coordenado pela Dra. Teresa de Sousa; “A comunicação e o Poder Económico”, coordenado pelo Professor Doutor Mário Mesquita e ainda dos Cursos Complementares e Serões Literários realizados nessa Edição.

VII Encontro musical de Grupos Corais Colégio Marista de Carcavelos, 29 e 30 de Setembro

O auditório do Colégio Marista de Carcavelos recebeu nos dias 29 e 30 de Setembro, o VII Encontro Musical de Grupos Corais de Cascais, iniciativa que visa promover o convívio entre os grupos corais amadores residentes no concelho.

No sábado, actuaram os corais infantis, e no domingo, foi a vez das formações corais de adultos. Cada grupo apresentou duas canções, ficando o encerramento dos espectáculos, ambos com entrada livre, marcado por uma interpretação conjunta.

A VII edição do Encontro contou com a actuação de 21 grupos corais: nove infantis e 12 adultos.

Grupos infanto-juvenis participantes:

Coro VOX LACI Pequeninhos; Pequenos Cantores de Carcavelos; Grupo Coral “Os Bafitas”; Coral Infantil de Carcavelos; Coro Infantil “Vozes do Mar” da Escola Salesiana do Estoril; Coro Infantil da Academia de Música; Coro VOX LACI Infantil; Pequenos Cantores do Estoril; Coro VOX LACI Juvenil;

Grupos Corais Adultos

participantes: Grupo Coral Estrelas do Guadiana da Associação Cultural Recreativa Alentejanos Residentes em Tires; Grupo Vocal Discantus; Grupo Coral Intergeracional da Associação de Idosos de Santa Iria; Coro Vox Laci; Grupo Coral do Centro Eng. Álvaro de Sousa; Coro ESSA da Escola Salesiana do Estoril; Coro Polifónico de Cascais; ECCE GRATUM Grupo Coral da Associação de Moradores da Quinta da Carreira; Coral Vozes do Estoril; Vocal DA CAPO; Grupo Coral “Coralbaf”; Grupo Coral da Junta de Freguesia de Parede.



O livro “Mar!”, obra artística do Rei D. Carlos, apresentado em Cascais, no Centro Cultural

“Mar! – obra artística do Rei D. Carlos”, é o mais recente título editado pela Principia Editora, em parceria com a Câmara Municipal de Cascais. Reunindo imagens de 120 obras pintadas pela mão do monarca, o livro foi apresentado por Raquel Henriques da Silva, uma das co-autoras, no passado dia 28 de Setembro, no Centro Cultural de Cascais.

Tendo por mote a exposição que lhe dá o nome, “Mar! – Obra artística do Rei D. Carlos”, a publicação reúne textos de Raquel Henriques da Silva, Rui Ramos, Margarida Magalhães Ramalho, Carla Varela Fernandes e Isabel Falcão, e constitui mais uma oportunidade de conhecer uma parte da produção artística do monarca geralmente inacessível por pertencer a colecionadores particulares.

Ao longo de centena e meia de páginas de grande qualidade gráfica, o leitor viaja a convite da veia artística do rei D. Carlos que, com recurso a técnicas como aguarela, desenho, ou pintura a óleo e a pastel sobre diferentes suportes, oferece a visão real de aspectos pitorescos ligados ao mar e algumas das principais embarcações que navegaram pelas águas de Cascais entre o último quartel do século XIX e os primeiros anos do século XX.

“A figura de D. Carlos, rei, diplomata, pintor e investigador oceanográfico, cujos nome e vida ficaram tragicamente associados a um dos períodos mais conturbados da história de Portugal, está indelevelmente ligada a Cascais, vila que juntamente com o seu pai, D. Luís, ajudou a projectar, transformando-a de pequeno porto de mar de pescadores, em prestigiada estância de veraneio à beira-mar”. Assim apresenta António d’Orey Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Cascais, um livro que preservará na memória momentos marcantes para uma vila cuja alma permanece, como sempre, ligada ao mar.

Não esquecer que as obras e peças apresentadas no livro continuam patentes na exposição com o mesmo nome, no Museu do Mar Rei D. Carlos, até 27 de Outubro.- **CM Cascais**



Notícias de Ovar

Intervenção sobre o Início do Ano Lectivo 2007-2008



Os vereadores do PSD na câmara de Ovar, tiveram uma intervenção em sessão camarária, que visava desmascarar o cenário “cor-de-rosa” que o executivo socialista da Câmara Municipal de Ovar apresentou na semana passada e que classificaram de pura manobra de propaganda política, afirmando:

Em Ovar, a propaganda política é a praxis de um executivo municipal que, à falta de melhor, utiliza os números e os “soundbytes” a seu belo prazer, esquecendo-se, ou procurando fazer esquecer, a realidade das condições educativas no nosso concelho:

Escolas Sobrelotadas;
Aulas a funcionarem em contentores;

Atrasos no arranque das aulas porque os contentores não têm energia eléctrica, mobiliário e material pedagógico;

Actividades de Enriquecimento Curricular adiadas porque os professores contratados “fugiram” para concelhos vizinhos;

Cantinas sem capacidade para acolher tantos alunos;

Obras atrasadas, prejudicando o

arranque do ano lectivo (ex.: Escola da Ponte Nova);

Ausência de prolongamento do horário do Ensino Pré-Escolar na freguesia de Válega;

Infelizmente, esta é a realidade “nua e crua” do estado do ensino no concelho de Ovar. Uma realidade que está muito longe do cenário “cor-de-rosa” traçado pelo governo socialista local e cuja prática fica assinalada pela política do contentor.

Um contentor ali, um contentor acolá... à espera que os alunos e os encarregados de educação que se possam “contentar” com tanto “contentor”.

Contudo, os Vereadores do PSD reconhecem o trabalho meritório dos professores e demais funcionários das escolas, assim como, o papel de estrema importância que as Associações de Pais têm desenvolvido para evitar toda a inércia e trapalhadas da Câmara Municipal de Ovar. – **PSD/Ovar**

Proposta de Suspensão da Taxa de Disponibilidade de Água e Saneamento

Na sequência da reunião da Câmara

Municipal de Ovar realizada na passada Quinta-feira, foi entregue, pelos vereadores afectos ao PSD a proposta que a seguir referimos:

FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA:

§ A Teoria Geral do Direito distingue “taxas” de “tarifas”, nos termos da citação que transcrevemos” RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, anot. Taxa é uma receita de direito público coactivamente paga pela utilização individualizada de bens semipúblicos... / [anotação de] José Joaquim Teixeira Ribeiro - Revista de Legislação e de Jurisprudência, Coimbra, a.129n.3871 (1.Fev.1997), p.296-301, DIREITO FISCAL / Portugal, TAXA / Portugal:

I. “Taxa” é uma receita de direito público coactivamente paga pela utilização individualizada de bens semipúblicos ou o preço autoritariamente fixado de tal utilização.

II. “Tarifa” é uma receita de direito privado contratualmente paga pela utilização de bens semipúblicos ou o preço contratualmente fixado (ainda que por adesão) de tal utilização.

III. Apesar de o ART.º9º, nº1, alínea

b), do DL.98/84, de 29 de Março, chamar tarifa à receita arrecadada pela conservação e tratamento de esgotos, trata-se de uma verdadeira taxa.

IV. Não cabe ao legislador fixar, por forma vinculante para o intérprete, o nomen juris das prestações tributárias.

V. Por força do Art.29 do referido Decreto-Lei, o Fundo de Turismo, como organismo estatal autónomo, está isento do pagamento da taxa de conservação e tratamento de esgotos.”

Citação retirada do site do Instituto das Tecnologias de informação na Justiça – Biblioteca do Supremo Tribunal Administrativo.

§ O Decreto-Lei n.º 98/84 foi revogado pela Lei 1/87, (Lei das Finanças Locais) que, desde essa altura, corrigiu a terminologia usada, tendo entretanto sofrido diversas alterações, estando hoje em vigor a Lei n.º 2/2007. Pelo que a lei que se aplica é a conjugação da lei das Competências das Autarquias, e da Lei das Finanças Locais.

§ A nossa interpretação deste quadro jurídico leva-nos a concluir que é a Assembleia Municipal quem tem competência para fixar as taxas, mesmo que tenham o nome de tarifa.

§ Pelo que se está a cobrar ilegal e abusivamente uma taxa a título de tarifa.

§ Porque é importante que a Câmara Municipal de Ovar defenda a legalidade, ou de outro modo entraremos em plena anarquia e ou até abuso de poder.

§ Porque é importante que se assegure a arrecadação de receitas, que permitam o desenvolvimento do concelho.

§ Porque deve existir uma preocupação de equidade social.

§ Porque já em 24 de Abril de 2007, os SMAS referiam estar “(...) em elaboração o Regulamento de Taxas de acordo com a Lei n.º53-E/2006 de 29 de Dezembro e a adaptação de tarifários a nova Lei n.º 2/2007 (...)”.

A ponderação destes diferentes factores, leva-nos a fazer a seguinte proposta:

1. Que seja imediatamente suspensa a cobrança da taxa, chamada erroneamente de tarifa, de disponibilidade de saneamento.

2. Que seja fixada a data de 15 de Novembro como data limite para ser analisado a proposta de regulamento de taxas e tarifas dos SMAS.- **Assinado por Alvaro Santos, Costa e Silva e Acácio Coelho**

Ass^a de Freguesia do PSD/ Maceda

A ETA está em Ovar (Comunicado)

Eu explico melhor... existe uma Estação de Águas Pluviais (ETA) ao lado do novo centro comercial Dolce Vita, em Ovar.

Como comprovam as fotografias abaixo, a existência desta ETA já foi admitida pelo próprio presidente da CM Ovar, na última sessão da Assembleia Municipal, quando questionado pelo deputado do PSD, Miguel Silva. O presidente informou que a conduta proveniente do complexo comercial não descarrega águas residuais (esgotos), mas sim águas pluviais (águas provenientes da chuva).

De qualquer forma, ficamos (creio que todos os presentes...) sem saber se a ETA é definitiva ou provisória!?!)

Mas uma coisa é certa, esta ETA não está prevista no Plano de Pormenor do Núcleo Desportivo a Norte de Ovar, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2006, de 9 de Fevereiro de 2007 (o tal que permitiu desafectar 27 ha domínio florestal).

Outra coisa que é certa, é que esta ETA não abona muito a favor da imagem deste espaço e pode constituir um perigo para as pessoas que por ali passem, embora todo esta zona esteja, para já, cercada por uma rede malha-sol.

Assim, podemos constatar que o novo complexo comercial e desportivo está “cercado”, a Nascente, por um depósito (provisório) de areias e uma estrada ilegal e, a Poente, por uma ETA.

Isto só em Ovar... - CPS/PSD-Ovar



Em Maceda (Ovar), principais assuntos abordados pelo Grupo do PSD na Sessão de 26 de Setembro

- O Grupo do PSD na Assembleia de Freguesia de Maceda congratulou-se pela realização de mais uma edição da Feira de Artesanato e Gastronomia. Trata-se de uma iniciativa que já criou raízes e que, eventualmente, pode ainda atingir outros níveis. Portanto, fica a recomendação para a sua continuação e constante melhoria.

- Ainda, inserido na área de Festividades e eventos, o Grupo do PSD na AF Maceda manifestou o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelas pessoas que organizaram, de forma notável, a edição deste ano das Festas da N. S^a. Saúde.

- Relativamente à situação actual da Estação dos Correios, o Grupo do PSD na AF Maceda manifestou o seu regozijo pelo efeito que a Moção apresentada (pelo PSD) na última Assembleia produziu. Para já, a Estação funciona normalmente, pelo que valeu a pena a contestação e discordância dos autarcas do PSD face às intenções dos responsáveis dos CTT. Contudo, o Grupo do PSD na AF Maceda insiste para que a Junta de Freguesia continue a rejeitar esses intentos, face aos diversos inconvenientes que um possível encerramento, ou funcionamento a “part-time”, pode criar nas gentes Macedences.

- Relativamente à área da Educação, o Grupo do PSD na AF Maceda está muito preocupado com a situação de grande carência de infra-estruturas que existe na freguesia. Por exemplo, a actual escola está sobrelotada e as crianças do ensino pré primário tem de andar num constante vai e vem para almoçar na Escola C+S. Nesse sentido, fizeram votos para que o prometido Centro Educativo seja uma realidade e que não tarde, como tardam muitas outras promessas ainda não cumpridas ou, até já, definitivamente abandonadas.

- O Grupo do PSD na AF Maceda tem vindo a verificar que as intervenções recentes do Presidente revelam “algumas preocupações” que são reveladoras da ausência de obras de referência e que têm vindo a ser sucessivamente adiadas. Por exemplo, em intervenções recentes, o Presidente da JF Maceda revelou que a curto prazo se iriam concluir os passeios na EN 109, que são uma autêntica vergonha para a freguesia. Mas pergunta-se: para quando? É que esta foi uma promessa para o fim de 2006, depois para 2007, mas será que é mesmo?

- Outra assunto tão comentado e propagandeado pelo PS nas últimas eleições autárquicas foi o projecto de expansão do EUROPARQUE. Tanto se embandeirou, com hipóteses apontadas para projectos megalómanos que iriam criar um desenvolvimento sério na nossa freguesia e por inerência no Concelho. Estaremos perante algum recuo por falta de empenhamento ou esse projecto é mesmo para avançar? Ou será que ainda vai ser reformulado e apresentado novamente nas próximas eleições?

Por último, o Grupo do PSD na AF Maceda insistiu na concretização de uma proposta sua (e que foi aprovada por unanimidade) com vista à Criação do Dia da Freguesia. A verdade é que até há data nada se fez para isso... -

Notícias de Portimão

PSD de Portimão solicita apoio do Grupo Parlamentar social-democrata

Ao longo dos últimos meses, várias questões têm sido levantadas relativamente a opções, políticas e técnicas, tomadas no âmbito da reestruturação dos Serviços de Saúde no Algarve.

Desde a transformação do Estatuto do Hospital Distrital de Faro às opções relativas ao futuro Hospital Central, e sua relação com o curso de Medicina. Do fracasso na implantação das Unidades de Saúde Familiar às alterações de funcionamento dos Serviços de Atendimento Permanente. Da definição da Via Verde Coronária às dúvidas quanto aos tempos de espera nas cirurgias oncológicas.

Na última semana, vieram ao conhecimento público dois factos que, além de adensarem algumas preocupações, levantam novas dúvidas e perplexidades sobre novos e velhos problemas.

Assim, no seguimento da iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Vila de Santo António que teve por objectivo a realização de cirurgia de cataratas, em Cuba, visando devolver a visão a doentes que há muito esperavam por essa intervenção, veio o Senhor Ministro da Saúde reconhecer o fracasso da política do Governo nesta área. Segundo aquele responsável governamental, a solução passaria no futuro por contratar Médicos estrangeiros para fazer face a esta situação.

No entanto, este é um “resumo” demasiado simplista da realidade. Relativamente ao Algarve, urge esclarecer duas questões fundamentais: primeiro, que motivo ou motivos conduziram a que dos 11 Oftalmologistas pertencentes aos quadros do Hospital de Faro, apenas 1 se mantenha em funções? Quais as consequências que esta “sangria” teve no número de doentes em lista de espera para consulta e cirurgia? Qual o número de doentes transferido mensalmente para Lisboa por ausência de resposta de urgência na Região? Que parcerias ou entendimentos foram tentados com os sectores privado ou social no sentido de resolver estas listas de espera de consulta, cirurgia e assegurar apoio de urgência, sem forçar os doentes a deslocações de 600 quilómetros, com os inerentes custos clínicos, humanos e financeiros?

Em segundo lugar, compete aos responsáveis regionais e nacionais esclarecer afirmações do Director do Serviço de Oftalmologia do Centro Hospitalar do Barlavento, que afirmou nomeadamente ter comunicado à ARS a disponibilidade do seu Serviço para realização suplementar de 600



cirurgias anuais, disponibilidade essa que nunca mereceu qualquer resposta, apesar da reiterada disponibilidade de recursos humanos e técnicos para, através dessa produção adicional resolver boa parte da lista de espera cirúrgica? Que avaliação foi feita desta proposta e qual o motivo do silêncio dos detentores do poder, particularmente quando essa proposta contribuiria para o crescimento da Cirurgia de Ambulatório, um dos sectores da saúde que os últimos governos mais têm vindo a incentivar?

Durante estes últimos dias, também a área do apoio de Cardiologia no Barlavento Algarvio, designadamente a exclusão da Unidade de Intervenção Cardiológica desse apoio, conheceram novos desenvolvimentos. Numa altura em que o conhecimento científico sobre as doenças cardíacas, e sobre a doença coronária em particular, põe cada vez maior ênfase na rapidez de início de tratamentos que permitem salvar vidas, tem sido pouco compreensível a “teimosia” em excluir aquela Unidade, localizada em Portimão, em detrimento dos encaminhamento de todos os doentes para Faro. Só por ignorância ou má-fé se pode comparar o tempo de deslocação de um paciente com uma doença coronária aguda do Rogil ou Odeceixe até Portimão ou Faro. São os tais minutos preciosos que

salvam vidas que estão em causa.

Esta tem sido uma das preocupações da Câmara Municipal de Portimão, transversal aos Partidos, que por deliberação de 30 de Agosto solicitou esclarecimentos à ARS Algarve sobre a Cardiologia de Intervenção no Barlavento Algarvio. No entanto, o ofício resposta da ARS não só não esclareceu, como motivou da Câmara, por unanimidade, a seguinte DELIBERAÇÃO N.º 933/07: A Câmara tomou conhecimento e delibera reiterar as preocupações manifestadas anteriormente, uma vez que não considera satisfatória a resposta.

Já anteriormente, tinha solicitado, na qualidade de Vereador, ao Grupo Parlamentar do PSD que através de requerimento “ajudasse” a Câmara Municipal de Portimão a ver satisfeitas a suas questões. Outro facto tornado entretanto público, agrava preocupações e dúvidas quanto aos critérios técnico-políticos que sustentam algumas decisões e omissões. Confrontado com dúvidas levantadas na Assembleia da República, O Ministério da Saúde informou que o coordenador nacional para as doenças cardiovasculares, Ricardo Seabra-Gomes, exerce um “cargo de consultadoria junto da empresa Hospitais Privados de Portugal”. Sem questionar a competência técnica da

pessoa em causa, facto indesmentível é que a Unidade de Intervenção Cardiológica funciona no Algarve junto do único grupo privado com dimensão equivalente ao HPP. Levantam-se assim questões éticas e de transparência, uma vez que o principal responsável pela exclusão da referida Unidade exerce funções em empresa concorrente e com interesses no sector. Mais do que uma pouca saudável promiscuidade entre funções públicas e privadas, está também em causa a igualdade de tratamento dos vários prestadores de cuidados e, acima de tudo, a igualdade de oportunidades e de acesso à Saúde de todos os cidadãos.

Em face de todas estas dúvidas por esclarecer, e atendendo a que a Administração Regional de Saúde não fornece, como seria sua obrigação, os devidos esclarecimentos aos Autarcas de Portimão, enviarei este documento ao Deputado eleito pelo PSD no círculo eleitoral de Faro, Dr. José Mendes Bota, deputado que no cumprimento das suas funções tem sido fundamental na defesa dos direitos dos Algarvios, solicitando-lhe, uma vez mais, que faça de nosso portavoiz junto das entidades competentes, dando conhecimento ao respectivo Grupo Parlamentar.

– CPS/PSD-Portimão



Duarte Freitas garante no PE apoio excepcional para Açores e Madeira no novo sistema de Comércio de Emissões para a Aviação

A Comissão de Ambiente do Parlamento Europeu aprovou um

Deputados portugueses do PSD, que entretanto garantiram o apoio dos

Nota de “background”

distâncias, tanto para cargas como passageiros, as emissões provenientes



Relatório relativo à Directiva de Comércio de Emissões que visa incluir o sector da aviação no comércio de Emissões de Carbono. Este relatório criou grande polémica dentro do próprio Parlamento Europeu e a nível internacional pelas suas implicações para o sector da aviação a nível global, uma vez que a UE incluiu, não só os voos europeus, como também os voos intercontinentais com destino ou partida no espaço da UE.

Os Deputados do PSD Duarte Freitas, que integra a Comissão de Ambiente do PE, e Sérgio Marques, cientes do previsível aumento dos custos do transporte aéreo, desde cedo se empenharam em criar uma excepção para as RUP's, fortemente dependentes das suas ligações aéreas. No entanto a maioria dos países que não têm RUP's não foram, de início, sensíveis a este regime de excepção.

Após forte negociação, os

Deputados irlandeses, italianos, espanhóis e franceses da sua família política europeia (PPE-DE), conseguiram negociar um compromisso que prevê a utilização de parte (a decidir por cada Estado-Membro) das receitas provenientes dos leilões de direitos de emissão deverá ser destinada a compensar os efeitos negativos do aumento dos preços na acessibilidade a regiões isoladas ou remotas.

Segundo o Deputado Duarte Freitas que integra também a Comissão Temporária para as Alterações Climáticas, “o trabalho de base está feito, mas agora é muito importante o empenho dos restantes Deputados portugueses na votação em plenário, bem como do Governo português ao nível da decisão no Conselho onde o lobby internacional se faz sentir com mais força”. – **Marques Duarte**

RELATÓRIO: INCLUSÃO DA AVIAÇÃO NO COMÉRCIO DE EMISSÕES – COM(2006)818 RELATOR: Peter Liese (PPE)

1. Objectivo

Reduzir a contribuição para as alterações climáticas da aviação - estimular a utilização de tecnologias e aplicação de medidas que permitam menores emissões de carbono provenientes da aeronaves.

2. Introdução

Com a implementação do transporte aéreo como meio mais utilizado para percorrer longas

da aviação estão a contrariar o objectivo global de redução de emissões.

Enquanto a UE reduziu em 5,5% as suas emissões de carbono desde 1990 até 2003, as emissões da aviação aumentaram 73%, uma média de 4,3% por ano.

Baseando-se nestes dados a Comissão Europeia apresentou em 2005 a comunicação “Reduzir o impacto da aviação nas alterações climáticas” onde era prevista a estrutura do documento legislativo que agora se discute.

3. Conteúdo da proposta

A proposta apresentada pela Comissão assenta nos seguintes pontos:

As licenças de emissão de carbono utilizadas pela aviação serão negociadas no âmbito da directiva



sobre o comércio de emissões e não será criado um sistema paralelo específico para a aviação. Em suma, mantém-se um mercado de carbono único;

- Estarão cobertos todos os voos que partem e aterram em aeroportos europeus a partir de 2012, nacionais, internacionais ou intercontinentais;

- A partir de 2011 estarão já cobertos os voos entre E.M.

- Ficam excluídos os voos que:
 - o transportam exclusivamente membros de Famílias Reais, Chefes de Estado e de Governo e Ministros de Estado, em missão oficial;

- o voos militares, de busca e de salvamento;

- o voos que terminam no mesmo aeródromo de que partiram e não se realizem aterragens intermédias;

- o voos de treinos;

- o voos de verificação ou ensaio de equipamentos;

- Cada companhia será administrada por um E.M. apenas, ou seja, será contemplada apenas por um PNALE (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão);

- A quantidade de licenças atribuídas será definida com base nas emissões médias da aviação entre 2004-2006;

- Uma percentagem, proporcional ao peso de cada E.M. nas emissões totais, das licenças a colocar no mercado será leiloadas;

- Os proventos da venda em leilão das licenças deverá ser utilizado para reduzir emissões de gases com efeito de estufa, promover adaptação às alterações climáticas e financiar I&D bem como cobrir os custos relacionados com a implementação desta directiva;

- As operadoras aéreas serão responsáveis por monitorizar as suas próprias emissões de carbono e apresentar relatórios das emissões anuais até 31 de Março de cada ano;

- Os E.M. assumem a responsabilidade de compensar da melhor forma as regiões remotas ou isoladas, ao abrigo do número 2 do art. 87 do tratado;

- As medidas para implementação da Directiva serão financiadas por verbas já previstas no programa LIFE +

4. Implicações para Portugal

- Carácter de particular isolamento que caracteriza as zonas ultraperiféricas - Madeira e Açores - extremamente dependentes do transporte aéreo;

- Aumento dos preços de bilhetes de avião, que tem um impacto generalizado mas que se deverá fazer sentir mais nos países em condições geográficas semelhantes à de Portugal, ou seja, na periferia da Europa por não poder dispor da mesma forma de meios de transporte alternativos, como a viação terrestre ou o comboio, para percorrer longas distâncias;

5. Comentários

Esta proposta assenta num princípio que se deverá continuar a expandir para todos os sectores. Agora a aviação, em breve o transporte marítimo e em seguida o transporte comercial terrestre.

As regiões isoladas e ultraperiféricas são as que mais prejudicadas deverão sair por serem extremamente dependentes deste tipo de transporte. A Comissão propõe que sejam os próprios EM a “compensar” as dificuldades criadas. A posição que parece ser a mais correcta é a de prever para este tipo de regiões condições especiais. Dever-se-á, pelo menos durante a fase de implementação do sistema, e a exemplo do que está

previsto ser feito para os voos provenientes de fora da Europa durante o primeiro ano, ponderar a possibilidade de isenção das RUPs até à total implementação do sistema, altura em que serão já previsíveis as consequências da aplicação deste sistema.

Este mecanismo tenta compensar as distorções existentes uma vez que no preço dos serviços não estão incluídos os custos ambientais.

6. Relatório no Parlamento

- Utilização das receitas provenientes dos leilões serão utilizadas para baixar os preços e taxas a pagar em transportes colectivos “amigos do ambiente” e para compensar as regiões isoladas ou ultraperiféricas cuja acessibilidade e competitividade podem ser ainda mais agravadas pelo aumento dos preços dos bilhetes de avião;

- 50% dos direitos de emissão serão leiloados e a outra metade atribuída pelos Estados-Membros;

- A redução das emissões do sector da aviação deverá ambicionar obter uma redução para 75% do histórico 2004-2006;

- Deixa de haver exclusão para os voos que transportam membros de governo ou de famílias reais;

- Ficam incluídos todos os voos europeus e internacionais a partir da mesma data.

7. Intervenção dos Deputados Portugueses

Os Deputados Duarte Freitas e Sérgio Marques (Açores e Madeira respectivamente) do grupo do PSD ao Parlamento Europeu, reuniram dentro da sua família política o apoio de deputados de Irlanda, Espanha, Itália e França, para garantir que a devida atenção era dada ao problema específico das Regiões Isoladas e Ultraperiféricas. Com uma emenda inicial que previa a exclusão dos voos para as RUPs, e em grande parte devido ao apoio que conseguiu reunir, os deputados Portugueses negociaram uma solução de compromisso que, como descrito anteriormente, prevê a utilização das receitas dos leilões para compensar, ou mesmo eliminar os custos adicionais para este tipo de regiões.

Duarte Freitas manifestou-se ainda preocupado com uma emenda que dizia que os subsídios para aeroportos regionais constituem incentivos errados e deverão ser eliminados. Para o deputado português estes subsídios são importantes para manter a acessibilidade de zonas isoladas em que a manutenção de aeroportos não é viável. O texto acabou por ser oralmente alterado de forma a considerar que os subsídios dados a aeroportos não devem ser contraproducentes do ponto de vista ambiental.

– Marques Duarte

Assunção Esteves integra Missão da Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu a Lisboa



A Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu (PE) desloca-se esta semana a Lisboa para uma visita oficial no âmbito da preparação da Cimeira Intergovernamental que encerrará a Presidência portuguesa da União.

A Deputada do PSD Assunção Esteves, actual Presidente do Movimento Europeu em Portugal integra esta Delegação do Parlamento Europeu onde se destacam também os três Deputados que representarão o Parlamento Europeu na próxima Cimeira Intergovernamental, Elmar Brok (PPE-DE), Andrew Duff (ALDE), Baron Crespo (PSE).

Relativamente à Cimeira, a Deputada do PSD considera que “embora seja voz corrente que a CIG só está a tratar questões técnicas, a verdade é que há ainda questões políticas, sobretudo ao nível da regulação das excepções para os britânicos, das pretensões dos polacos sobre o voto de bloqueio e do estatuto do serviço externo da União Europeia”.



ÁGUEDA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoco a Assembleia de Secção dos militantes de Águeda do PSD para uma Assembleia de Secção a realizar no dia 23 de NOVEMBRO de 2007 (Sexta-Feira), na sede concelhia, sita na Quinta dos Oliveiras em Águeda, às 21,30 Horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Ponto 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

NOTAS:

- As listas de candidatura deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, na sede concelhia, até às 24 Horas do dia 20 de Novembro de 2007, devendo respeitar os requisitos constantes do Estatutos Nacionais do Partido e do Regulamento Eleitoral, encontrando-se para o efeito abertas as portas da sede concelhia nos dias 19 e 20 de Novembro de 2007 entre as 21 e as 24 Horas. - No dia do Acto Eleitoral as Urnas estarão abertas das 21,30 Horas às 23,30 Horas.

ALMERIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Almerim, com capacidade eleitoral activa, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 9 de Novembro de 2007, pelas 19h00, na travessa da Olaria, nº 7, em Almerim, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas para o acto eleitoral das 19h00 até às 22h00.

As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o represente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no mesmo local onde se realizará o acto eleitoral. As listas concorrentes deverão obedecer ao estipulado no artigo 4º do Regulamento Eleitoral do PSD.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se, a Assembleia de Secção do PSD de Cabeceiras de Basto, para reunir no dia 17 de Novembro de 2007, sábado, das 21h00 às 23h00, na sede do PSD, no Lotamento do Quinchoso, em Cabeceiras de Basto, com a seguinte<

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas, respeitando os requisitos exigidos pelo Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (14 de Novembro).

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir em sessão plenária, dia 26 de Outubro de 2007, sexta-feira, pelas 21h30, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, Gondomar, com a seguinte Ordem de

Trabalhos

- 1.Informações;
- 2.Análise da situação política.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD a reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2007, pelas 21h00, na sede distrital do PSD/Guarda, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação político-partidária.

DISTRITAL LISBOA AM

Venho por este meio informar a V. Exas que decidi alargar o horário do próximo acto eleitoral de 8 de Novembro de 2007, para os órgãos da Distrital de Lisboa, nestes termos a abertura das urnas será às 18h00 e o encerramento às 23h30.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no dia 9 de Novembro de 2007 (sexta-feira), pelas 18h30, na sede concelhia, na rua Clarinha Vaz, em Macedo de Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 18h30 às 22h30.

As listas candidatas, respeitando os requisitos exigidos pelo Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (6 de Novembro), na sede concelhia.

MEALHADA

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Mealhada para reunir em sessão ordinária, no dia 09 de Novembro de 2007, pelas 21h30, nos Bombeiros Voluntários de Mealhada, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.Informações;
- 2.Análise da situação política-partidária;

MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 19 de Outubro de 2007, sexta-feira, pelas 21h00, na Junta de Freguesia do Bunheiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1-Análise da situação político-partidária;
- 2-Assuntos de interesse para o Partido.

Núcleo de Leça da Palmeira

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário do Núcleo de Leça da Palmeira, para reunir no próximo dia 10 de Novembro de 2007 (sábado) entre as 17h30 e as 20h00, na sede da Concelhia de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na freguesia de Matosinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto um: Informações;
- Ponto dois: Análise da situação política.
- Ponto três: Outros assuntos

Núcleos de Antes e Vacariça (CPS MEALHADA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia (Plenário) dos Núcleos de Antes e Vacariça, para reunir no dia 09 de Novembro de 2007 (sexta-feira), entre as 19,00 e as 21h00, na sede Concelhia do PSD de Mealhada, sita no centro comercial Jardim, na Mealhada, com a seguinte ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição das Comissões Políticas de Núcleo.

Nota: A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da eleição, na Sede Concelhia do PSD de Mealhada.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ovar, para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia 2 de Novembro de 2007 (sexta-feira), às 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, 84, 1º Esq, em Ovar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política Local e Nacional;
3. Análise e discussão de proposta de suspensão de taxas municipais.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para uma Assembleia de Secção a realizar na sede concelhia, sita na rua 1º de Dezembro, no dia 10 de Novembro de 2007, entre as 15h00 e as 19h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção.

As listas candidatas, respeitando os requisitos exigidos pelo Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SOBRAL DE MONTE AGRACÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sobral de Monte Agraço para o dia 16 de Novembro de 2007, pelas 20h00, na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção
As urnas estarão abertas das 20:00h às 23:00h. As listas candidatas, respeitando os requisitos exigidos pelo Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Notas:

As candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos:
Ser apresentadas por listas completas a cada órgão, contendo o nome, o nº de militante e o número de bilhete de identidade de cada candidato;
Ser proposta por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;
Ser acompanhadas de declarações de

aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.
Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral só poderão votar e ser eleitos os militantes que, à data da eleição, se encontrem inscritos no PSD há, pelo menos, seis meses e que tenham as suas quotas em dia, isto é pagas até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral.

VILA DO CONDE

Ao abrigo do artigo 51º dos estatutos convocam-se todos os militantes da Secção para uma reunião da Assembleia de Secção de Vila do Conde a realizar no dia 9 e Novembro de 2007 pelas 21:00 horas, na sua Sede, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação político-partidária
2. Outros Assuntos

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção a reunir no dia 10 de Novembro de 2007, pelas 15h30, na sede do PSD de Vizela, sita na Rua Fonseca e Castro, nº 7, na freguesia de S. João, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política local.



PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião dia 25 de Outubro de 2007, pelas 21h30, na Sede Concelhia da JSD, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção(Filipe Araújo)

NÚCLEO DE RECARDÃES – ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Recardães, da Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 10 de Novembro de 2007, pelas 18 horas, na Sede do Núcleo Residencial da JSD de Recardães, sita na Rua Póvoa da Igreja, Recardães, 3750 Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa e do Plenário e eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da JSD de Recardães. Nota:

1 – As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede da JSD de Águeda, sita na Quinta das Oliveiras, n.º 9, Águeda, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

2 – As urnas estarão abertas das 18horas às 19h30.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda(Carlos Franco)